



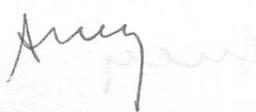
2 **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA**
3 **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**

4
5 **ATA DA REUNIÃO 5ª ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO**

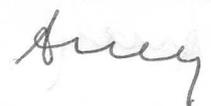
6
7 Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às dez horas, na sala de
8 reuniões da Agência Nacional de Águas (ANA), localizada no Setor Policial, Área 5,
9 Quadra 3, Bloco M, em Brasília/DF, os membros do Comitê Interfederativo sobre o
10 Desastre de Mariana/MG reuniram-se, ordinariamente, sob a Presidência da Presidente do
11 Ibama, Dra. Suely Araújo, para deliberar sobre os assuntos constantes na pauta apresentada.
12 Verificado o quórum regulamentar (lista de presentes anexa), a Presidente iniciou os
13 trabalhos, com a leitura da pauta da reunião. A Câmara Técnica de Reconstrução e
14 Recuperação de Infraestrutura, sob a coordenação do Governo de Minas Gerais, deverá
15 formalizar os nomes dos representantes, considerando que já está na 2ª reunião. O
16 representante da SEGOV, que coordena a Câmara Técnica de Comunicação, Participação,
17 Diálogo e Controle Social, solicitou mais prazo para indicação dos membros. Para a Câmara
18 Técnica de Economia e Inovação, o Governo de Minas Gerais pede alteração na
19 representação e já tem indicação de seus representantes e da Prefeitura Municipal de
20 Mariana, restando apenas a formalização da indicação da 1ª suplência pelo Governo do
21 Estado do Espírito Santo, pretende-se que a reunião da Câmara ocorra na próxima semana.
22 Pela Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais, o representante da
23 Funai informou sobre a dificuldade do órgão em coordenar uma CT com uma diversidade de
24 comunidades e interesses tão grandes. A representante da Casa Civil colocou a possibilidade
25 de divisão da coordenação da CT Populações Tradicionais e Comunidades Tradicionais
26 entre a Funai e a Fundação Palmares, se comprometendo a fazer a consulta e dar a resposta
27 até amanhã. Após, o representante da Funai informou a decisão dos Krenak de não
28 integrarem a Câmara Técnica por entenderem que seus interesses não serão devidamente
29 atendidos, preferindo tratar diretamente com a empresa Samarco. Em relação à Câmara
30 Técnica de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação, que ainda não houve indicação
31 dos membros, o representante do Governo do Espírito Santo, que deveria assumir a
32 coordenação, sugeriu que a coordenação fosse do estado de Minas Gerais, tendo em vista
33 que a área mais afetada está em Minas Gerais. A Procuradora-Chefe junto ao Ibama
34 informou sobre a proposta de que o 1º dia de reunião do CIF seja para discussão de temas
35 internos pelo Comitê, já o 2º dia seja aberto a participação da Samarco e aos demais
36 interessados. Na sequência, a secretaria executiva do CIF apresentou a minuta de Portaria
37 com a relação dos nomes dos membros titulares e suplentes para composição do CIF, a ser
38 enviada ao Ministério do Meio Ambiente para publicação. Quanto às Câmaras Técnicas,
39 ficou acordado o prazo de 15 dias para a formalização dos nomes dos representantes que
40 integrarão as Câmaras e suas respectivas coordenações. As Câmaras Técnicas deverão
41 apresentar cronograma de reuniões de setembro a dezembro de 2016. Também ficou
42 acordado que as sugestões de encaminhamentos para deliberação do CIF deverão ser
43 enviadas em um prazo de 10 (dez) dias de antecedência da data da realização das reuniões
44 do Comitê. A Presidente apresentou os nomes dos indicados como representantes dos
45 Conselhos, sendo que pelo Governo Federal foi convidado para Conselho Consultivo o Sr.
46 Igor Rodrigues de Assis, professor da Universidade Federal de Viçosa, e para o Conselho
47 Curador, foi indicado o Sr. Fábio Feldman. Desta forma, restou pendente para o Governo

Suely Araújo

48 Federal a indicação do nome de representante para o painel dos especialistas que deverá
49 ocorrer até a próxima reunião do CIF. O representante do Governo do Estado de Minas
50 Gerais informou que faltam as indicações da Funai, do MAB e do Município de Mariana,
51 distrito de Bento Rodrigues, para formalização dos nomes do Estado. Já o representante do
52 Governo do Estado do Espírito Santo informou que já houve a formalização junto ao Ibama
53 dos nomes indicados para os Conselhos. A presidente ressaltou que a homologação dos
54 nomes dos representantes ocorrerá no 2º dia da Reunião. Com a palavra, a Prefeita de
55 Governador Valadares propôs como extra-pauta o debate sobre a iminente interrupção de
56 captação e fornecimento de água na região, uma vez que o MP fundamenta o requerimento
57 de interrupção em laudos que afirmam o alto teor de alumínio no rio. Também relata a
58 insegurança com os procedimentos emergenciais antes do início das chuvas. No mesmo
59 sentido, o representante da CBH – Rio Doce relata as preocupações de credibilidade e
60 afirma a necessidade de ação integrada com diversas instituições competentes e outros
61 poderes para que as análises tenham maior uniformidade e, assim, transmita credibilidade à
62 população quanto a qualidade da água distribuída às casas. Sugere que haja deliberação do
63 CIF para que a empresa Samarco se responsabilize pelo pagamento pelo menos das análises
64 da qualidade da água distribuídas à população da região afetada. A Diretora da ANA, então,
65 sugere que a sugestão extra pauta seja debatida e decidida no período da tarde, ressaltou
66 ainda que no âmbito da Câmara Técnica de Segurança e Qualidade da Água será discutida a
67 implementação de um Programa de Monitoramento da Água quali-quantitativo sistemático
68 conforme consta no acordo. Por fim, esclareceu que a ANA efetua no monitoramento da
69 qualidade da água do rio não sendo encontradas concentrações absurdas de alumínio como a
70 identificada pelo Ministério Público. Na sequência, houve um breve relato da CT de
71 Economia e Inovação, tratando mais especificamente sobre a questão do cronograma, sendo
72 encerrada a reunião do período da manhã. Recomeçando a reunião, no período da tarde, às
73 quatorze horas, a Presidente comunica o Comitê acerca dos questionamentos da Samarco
74 quanto a validade da deliberação do CIF e da inviabilidade técnica do cumprimento dos
75 prazos de obras para abastecimento de água. Passando a palavra para a Prefeita de
76 Governador Valadares, que relatou os problemas referentes ao sistema de abastecimento do
77 município e os questionamentos feitos pela Samarco quanto a viabilidade e os prazos das
78 obras de abastecimento. Relatou ainda que a empresa informa dificuldades na execução das
79 obras de captação alternativa, especialmente devido ao cronograma para execução das
80 obras. Os atrasos estão comprometendo o andamento da normalização do sistema de
81 abastecimento do município e contribui no avanço da falta de credibilidade da qualidade da
82 água junto à população afetada. À vista disso, existem laudos apresentados pelo MP que
83 atestam a existência, em proporção elevada, de alumínio na água e que seria fundamento
84 para a suspensão do abastecimento de água. Resultados diferentes aos atestados pelos laudos
85 apresentados pela Prefeitura do município. O representante do CBH-Doce propôs a criação
86 de um Grupo Técnico de acompanhamento da qualidade da água, que daria suporte aos
87 municípios atingidos que têm sistema de tratamento de água muito precário. A Diretora da
88 ANA informou que a CT de Segurança e Qualidade da Água está a disposição para discutir
89 o tema, tendo inclusive a participação de representantes do Ministério da Saúde, da
90 Secretaria de Vigilância Sanitária e Ministério das Cidades. Já a Presidente do Ibama
91 colocou que o Órgão não participa de grupos paralelos às Câmaras Técnicas contudo o
92 assunto será discutido e deliberado pelo CIF. O representante do Governo do Espírito Santo
93 questiona acerca da decisão quanto a proposta do representante da CBH-Doce, e, em
94 resposta, a Presidente do Ibama informa que se for necessária poderá ser agendada reunião
95 específica, todavia, deliberação sobre assunto deverá ocorrer no 2º dia da Reunião.



96 Esclarece que o 1º dia é reservado para a organização interna do CIF, sendo que no caso de
97 ocorrerem fatores emergenciais fora do previsto poderão ser criados grupos temporários, no
98 entanto, o CIF não poderá dar respaldo a ações tomadas fora das Câmaras Técnicas. . A
99 Prefeita de Governador Valadares solicita a contribuição dos técnicos da CT Segurança
100 Hídrica e Qualidade de Água na aferição e análise dos laudos da qualidade da água, a fim de
101 asseverar a idoneidade dos mesmos e prevenir maiores transtornos à população. Ficando
102 acordado, pelo CIF, a priorização desses trabalhos via CT, para que o mesmo possa
103 respaldá-los. Passando-se, em seguida, a palavra ao representante de Minas Gerais para
104 exposição da definição das ações emergenciais, em especial sobre as estruturas de
105 contenção, estabelecendo condições e procedimentos, e o trabalho de alinhamento com a
106 legislação ambiental (federal e estadual). Na ocasião, também relatou a questão da
107 complexidade das informações e os esforços em concentrá-las na na Secretaria de Governo
108 estadual visto a dissonância entre as informações apresentadas pela empresa aos diferentes
109 Órgãos Ambientais e ao Ministério Público. A partir disto, ocorreram uma série de reuniões
110 técnicas entre Ibama e Governo do Estado de Minas Gerais sobre assuntos correlacionados
111 no âmbito federal e estadual, entre estes as obras emergenciais. Desta forma, decidiu-se com
112 base no princípio da precaução e prevenção, pela definição do Dique S4 e as áreas para
113 deposição de rejeitos como ações emergenciais a serem realizadas pela Samarco e outras
114 medidas, a fim de minimizar os efeitos do próximo período chuvoso. Em reunião com os
115 representantes da Samarco no dia 12 de agosto de 2016 as determinações foram repassadas
116 conforme ata lavrada. Ressaltou ainda, as conclusões contidas nos laudos hidrológicos que,
117 entre outros, recomenda a implantação imediata da obra do dique S4 que, em termos de
118 contenção de sedimentos, representa a principal e única obra de maior eficiência que ainda
119 pode ser iniciada antes da estação chuvosa do ano hidrológica 2016/2017. O representante
120 do Governo de Minas Gerais ressalta que as principais dificuldades segundo relatado pela
121 própria empresa será a gestão das áreas com particulares. A Presidente do Ibama informa
122 que atualmente estão pendentes problemas para construção do dique S4 com a Prefeitura de
123 Mariana e Ministério Público Estadual em relação às áreas de particulares. O representante
124 da Prefeitura de Mariana informa que não existe nenhum empecilho do Órgão Municipal,
125 sendo que atualmente existem três segmentos do Ministério Público que têm atuado junto
126 aos proprietários da região. Fica definido que o CIF encaminhará Ofício à Prefeitura de
127 Mariana para que tome providências e agilize a liberação dos possíveis entraves à obra do Dique
128 S4, decretando estado de emergência e assim viabilizando a realização das obras necessárias no
129 plano de contingência. A empresa também deverá ser oficializada pelo CIF quanto às obras do
130 Dique S4. A Presidente do Ibama, informa que será elaborado Plano de Emergência sendo
131 que, no momento, o que se esta tentando é a viabilização de que o volume de rejeitos
132 carreados seja suportado por estruturas de contenção. Ressaltando que a empresa deverá
133 tomar outras medidas entre as quais a intensificação da dragagem; e a obra do Dique S4 é
134 um dos elementos de muitas outras medidas a serem tomadas. O representante do CBH-
135 Doce ressalta o principal aspecto do risco que é a qualidade da água para abastecimento
136 público. Em relação às obras e o monitoramento da implantação dos sistemas de captação
137 alternativo de abastecimento, o CIF solicita que a CT acompanhe o cronograma apresentado
138 pela Samarco, sugerindo vistoria geral às obras dos sistemas alternativos previstos e em andamento
139 e a cobrança ao cumprimento dos prazos estabelecidos. Enfatizando a distinção dos prazos e ações
140 firmados no Acordo e as deliberações determinadas pelo CIF para os casos emergenciais. Em
141 seguida, a Presidente apresenta a pauta referente ao processo de análise dos gastos
142 realizados pela Samarco/Fundação, ressaltando a importância do estabelecimento de uma
143 sistemática de acompanhamento e validação do emprego dos recursos auditados ao longo



144 dos anos. O representante do Espírito Santo, sugeriu uma análise com base em indicadores
145 de execução física e de execução financeira, sendo que a avaliação de aspectos físicos ficará
146 sob a responsabilidade das Câmaras Técnicas e as de aspectos financeiros sob a
147 responsabilidade de uma comissão específica, que contará com o auxílio de integrantes dos
148 Tribunais de Contas dos Estados e da União e das áreas de Controle Interno. Ficando
149 acordado a criação do GT Auditoria Financeira, com 5 (cinco) integrantes, para apoio da
150 análise financeira. Assim, nesse primeiro momento, o CIF receberá a auditoria e passará às
151 Câmaras Técnicas e as mesmas relatarão quais delas possuem atribuições correlatas quanto
152 às demandas. O relatório de auditoria também ficará disponível no sítio do Ibama. Em
153 continuidade, apresenta os trabalhos da CT Segurança Hídrica e Qualidade de Água com
154 seus programas e os encaminhamentos para deliberação do CIF. Em seguida, a
155 coordenadora da CT de Conservação e Biodiversidade leu o resumo da ata da última
156 reunião e apresentou a definição do calendário dos seus trabalhos. Como encaminhamento
157 ao CIF, a CT formalizou o requerimento para incluir invertebrados na cláusula 164 do
158 estudo populacional de fauna aquática, constituindo, assim, um termo de referência mais
159 amplo a ser enviado diretamente à Samarco, com a ratificação do CIF. Não havendo mais
160 nada a tratar, a Presidente encerrou a reunião, convocando os membros para a reunião do dia
161 dezoito, às dez horas, no mesmo local. Na manhã do dia dezoito, às dez horas, na sala de
162 reuniões na Sede da Agência Nacional de Águas/ANA foi dado prosseguimento ao segundo
163 dia de reunião do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG. A Presidente
164 inicia os trabalhos colocando em votação os nomes dos indicados para o Conselho Curador
165 e Consultivo da Fundação. O CIF ratifica a indicação pelo Comitê do nome do Senhor Fábio
166 Feldmann para o Conselho Curador da Fundação, com acompanhamento sistemático do
167 Comitê, assim como, a indicação do Professor Igor Rodrigues de Assis da Universidade de
168 Viçosa para o Conselho Consultivo, o qual já vem acompanhando sistematicamente as
169 atividades em campo na região do acidente. Por parte do Estado do Espírito Santo, as
170 indicações aprovadas representando os empreendedores e pescadores foram os nomes da
171 Senhora Andréia Aparecida e Elcio José. Restaram pendentes a indicação do nome para o
172 Painel de Especialistas e as indicações do Estado de Minas Gerais para os Conselhos. Em
173 seguida foi deliberada e aprovada a Portaria de Minuta com os nomes dos titulares e
174 respectivos suplentes do CIF a ser enviada ao MMA para edição da Portaria Ministerial, que
175 foi apresentada e instituída na reunião do dia anterior. Na sequência, ocorreu a apresentação
176 da CT de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental com a definição dos casos
177 emergenciais, as propostas de encaminhamentos para deliberação do CIF e informes gerais.
178 Foram relatadas as reuniões da CT com seus integrantes e o debate sobre a definição das
179 situações emergenciais, que pontuou a necessidade da apresentação dos dados de transporte
180 interno e aporte externo de sedimentos no reservatório de Candonga, o monitoramento das
181 áreas preferenciais de depósito do material carreado na UHE Risoleta Neves e a
182 apresentação dos cronogramas da construção dos barramentos A e B, assim como informar
183 qual lâmina d'água ótima deve ser buscada no reservatório de Risoleta Neves, organizar
184 fórum técnico específico de discussão quanto às metodologias e resultados da caracterização
185 geoquímica, apresentar projeto definitivo do cronograma integrado de uso de áreas previstas
186 para disposição do material dragado. Apresentar relatório consolidado semanal das
187 atividades de dragagem, apresentar proposta detalhada e justificada das intervenções a
188 serem realizadas nas 16 áreas destacadas do estudo geomorfológico. A Samarco questionou
189 os dados, dizendo que os mesmos eram desatualizados e ainda não foram analisados,
190 momento que CT esclareceu que trabalhou com as informações disponíveis e, então, foi
191 acordado que a empresa indicaria, em um prazo de 5 (cinco) dias as inconsistências



192 encontradas no relatório PRAE. Em resposta ao questionamento do representante do Estado
193 do Espírito Santo foi informado que está em discussão na CT o Plano de Contingência. Foi
194 ressaltado que a parte da emergência está sendo analisado pela equipe do Ibama sendo que a
195 Presidente se compromete a pautar o tema na próxima reunião do CIF. O representante do
196 Governo do Espírito Santo ressalta a necessidade de estabelecer uma comunicação
197 transparente sobre o inevitável cenário de chuvas, devendo os municípios e a comunidade
198 serem devidamente informados. A Presidente esclarece que a questão do abastecimento de
199 água, que não consta no Plano de Emergência, deverá ser discutida pela CT de Rejeitos e
200 Segurança Ambiental e pela CT de Segurança Hídrica e Qualidade da Água. O representante
201 do CBH-Rio Doce solicita que haja inserção na pauta da reunião da questão, a Presidente do
202 Ibama se compromete a elaborar proposta a ser deliberada pelo CIF para inserção do tema
203 abastecimento de água no plano de emergência. Ao final, foi deliberado e rejeitado o
204 requerimento da empresa de dilação de prazo, por entender ser uma questão emergencial e
205 não haver previsão no Acordo sobre a definição de volumetria. Também determinando que a
206 Samarco deve envidar os esforços para viabilizar a dragagem emergencial nos prazos
207 pactuados no acordo, informando que o atraso acarretará em inadimplemento. **Sendo**
208 **aprovada como Deliberação 13 do CIF.** A seguir, houve a apresentação de informes e
209 encaminhamentos da CT de Restauração Florestal e Produção de Água, com o relato do
210 andamento dos debates sobre a concepção dos termos de referência para mapeamento das
211 áreas prioritárias do plantio compensatório e o atendimento à recomendação de inclusão do
212 programa Cultivando Água Boa à cláusula 161. Posteriormente, expôs a discussão sobre a
213 viabilidade e implementação das novas atribuições da CT, referente ao Sistema de Banco de
214 Dados e o programa de comunicação nacional e internacional. Enfatizando a dificuldade por
215 parte da CT em realizar o trabalho do Programa de Comunicação Nacional e Internacional.
216 Desta forma, fica aprovado que a SEGOV coordenará o Programa de Comunicação
217 Nacional e Internacional, sendo que a responsabilidade do programa compartilhada com as
218 demais Câmaras Técnicas. Quanto a deliberação referente a cláusula 162, que trata do
219 plantio compensatório e a disponibilidade de viveiros, com o mapeamento de viveiros e a
220 capacidade produtiva, ficou aprovado e estabelecido a prioridade de fornecedores locais
221 públicos e privados. **Fica aprovada a Deliberação 14** com a obrigação da empresa
222 Samarco de apresentar um levantamento dos viveiros com diagnóstico e plano de produção
223 de mudas de forma a atender a demanda relacionada ao Programa de Recuperação. **Fica**
224 **aprovada a Deliberação 15** sendo inserido o Parágrafo 2º ao artigo 6º com a seguinte
225 redação “O Programa previsto na Cláusula 15,VIII, a, do TTAC, terá responsabilidade
226 compartilhada de todas as Câmaras Técnicas nas suas respectivas competências, atuando a
227 Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água como ponto focal”. Quanto
228 ao artigo 12 passa a vigorar com o seguinte acréscimo do inciso II, “ Inclui-se também nas
229 competências da Câmara Técnica de que trata este artigo o acompanhamento do Programa
230 de Comunicação Nacional e Internacional”. Em seguida, a coordenadora da CT Segurança
231 Hídrica e Qualidade da Água apresentou as propostas da Câmara Técnica para deliberação.
232 Foi o estabelecido o prazo até 09/09 para manifestação formal dos projetos alternativos de
233 captação de água. Definiu-se ainda que a Samarco deverá elaborar e apresentar, em um
234 prazo de 30 dias, um plano de ação emergencial para captação de água para consumo
235 humano, tendo em vista problemas com a turbidez e outros efeitos críticos decorrentes do
236 próximo período chuvoso. Assim, **foi aprovada a Deliberação 16** ficando pendente apenas
237 a redação do item 1.4, além disto serão encaminhados documentos subsídios. Igualmente **foi**
238 **aprovada a Deliberação 17** que define o conteúdo mínimo do Programa de Monitoramento
239 Qualiquantitativo da Água e dos Sedimentos do rio Doce que contém as bases mínimas para

Auey

240 monitoramento sistemático e de caráter permanente da água e dos sedimentos pela
241 Fundação renova. Deverá ainda ser realizado o monitoramento de lagoas marginais
242 impactadas pelo rompimento da Barragem do Fundão. O Programa de Monitoramento
243 poderá ser revisado de modo a incluir novas necessidades, visto estar sendo disponibilizado
244 um conteúdo mínimo à empresa, inclusive fontes alternativas. Em prosseguimento, a CT de
245 Conservação e Biodiversidade relatou a discussão referente à definição de termos de
246 referência e pontos focais das cláusulas concernentes aos trabalhos da CT e quanto à análise
247 dos programas de monitoramento apresentados pela empresa. Comunicando que não há
248 nesse momento encaminhamento para deliberação. Na sequência, a representante da CT
249 Organização Social e Auxílio Emergencial apresentou relato da visita que fez a Mariana e
250 Barra Longa e suas impressões em relação ao cadastramento dos impactados e pagamento
251 do auxílio emergencial. A representante informou a preocupação quanto ao cumprimento
252 dos prazos do Programa de Levantamento e Cadastro dos impactados para efetivo
253 pagamento de indenizações, propondo como deliberação o envio pela empresa ao CIF de
254 cronograma com prazos detalhados dos Programas de Cadastro e de Negociação
255 Coordenada. Em seguida, foi aprovada a Deliberação 18, que demanda à Samarco o envio
256 de cronograma detalhado dos Programas mencionados. Em seguida foi **aprovada a**
257 **Deliberação 18** para envio pela Samarco de cronograma detalhado de cadastramento e
258 plano de negociação. O tema seguinte foi sobre a pendência do Governo de Minas Gerais
259 em relação à indicação dos representantes para os Conselhos, o representante do Estado
260 argumentou que no final do dia será realizada audiência no Distrito de Bento Rodrigues
261 visando a definição do nome do representante da Prefeitura de Mariana, restando apenas a
262 indicação da representação da Funai e do MAB. Em seguida, foi confirmada a coordenação
263 compartilhada da CT Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais entre a Funai e a
264 Fundação Cultural Palmares. Após, a Presidente encerrou a reunião no período da manhã.
265 Retomando a reunião na parte da tarde, a Presidente concedeu a palavra aos Diretores da
266 Fundação renova, que na sua primeira apresentação ao CIF expuseram seus currículos e as
267 intenções de trabalho e projetos à frente da Fundação. Em seguida, o representante da
268 empresa Ernst & Young de auditoria independente realizou a apresentação do Plano de
269 Auditoria e Verificador Independente, com o Procedimento Operacional Padrão (POP) com
270 a metodologia e fluxograma do que será desenvolvido, critérios, metodologia e o papel das
271 instituições envolvidas no trabalho. Nesse primeiro momento, a empresa contratada
272 apresentou o papel do verificador e seus indicadores (financeiros e não financeiros) e metas
273 estabelecidas para debate junto ao CIF e posterior validação. Em razão do fator tempo e
274 para dar agilidade ao processo de deliberação do POP, ficou acordado duas rodadas de envio
275 de dúvidas e questões à empresa de auditoria, num intervalo de 10 dias, e a deliberação
276 acontecerá na próxima reunião do CIF. Posteriormente, a Secretaria Executiva do CIF
277 apresentou as sugestões, críticas e comentários que foram apontados pelos membros das
278 Câmaras Técnicas na construção do site da Fundação. Em seguida, os técnicos responsáveis
279 pelo plano de comunicação da Fundação renova explicaram sobre a concepção do site com
280 as alterações sugeridas acolhidas e as não acolhidas, esclarecendo que algumas sugestões
281 poderão ser concretizadas numa segunda fase de implementação do site. Constando a
282 criação de um submenu contendo as informações referentes ao desastre de uma maneira
283 mais explícita e detalhada, ficando os demais e eventuais ajustes a serem realizados num
284 segundo momento. A representante da Casa Civil reiterou a necessidade de inclusão de aba
285 com informações sobre o desastre de Mariana, com informações básicas sobre o acidente,
286 havendo concordância dos demais membros. A Fundação renova se compromete a inserir a
287 aba relativa ao desastre após o que o site poderá ser divulgado. Na sequência, a Prefeita de

Aurey

288 Governador Valadares entregou à Presidente do Ibama os laudos da análise das águas do rio
289 Doce do final de junho e de julho que não demonstram aumento de alumínio, contudo, o
290 Ministério Público e a Defensoria alegam que existe um excesso deste elemento que vem
291 alarmando a população. O CIF se comprometeu a auxiliar, por meio da CT, nas análises dos
292 laudos apresentados pelo Município de Governador Valadares em relação ao problema
293 indicado pelo Ministério Público de alto teor de alumínio na água. Assim como buscar uma
294 articulação junto ao Ministério Público para conseguir um mínimo de consenso em
295 determinados pontos na realização de ações de melhoria para o Desastre de Mariana e suas
296 consequências. Por fim, o Diretor-Presidente da Fundação renova usou a palavra para
297 ressaltar as diretrizes e a autonomia no processo de transição e os pilares de eficiência e
298 transparência absoluta, com o diálogo como essência na concepção e relacionamento com os
299 diversos atores da sociedade. Após , o Diretor da Samarco apresentou os gastos e o
300 alinhamento das etapas/projetos das obras e programas. O monitoramento e o
301 gerenciamento dos recursos utilizados, com seus indicadores e processos. A Presidente do
302 CIF relembra os membros quanto ao acordo de que as propostas de deliberações sejam
303 encaminhadas no prazo de 10 dias de antecedência. Deverá ocorrer a adequação dos prazos
304 previstos nas deliberações para que se ajustem a data da próxima reunião do Comitê
305 Interfederativo. Não havendo mais nada a tratar, a Presidente encerrou a reunião,
306 convocando a próxima reunião do CIF para os dias 12 e 13 de setembro de 2016.

307
308
309
